

Recebido: 23/02/2023

Aprovado: 06/09/2023

DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E JURIDIFICAÇÃO DAS CORPORALIDADES: DESVELANDO INSPIRAÇÕES DA TEORIA QUEER A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT E JUDITH BUTLER

*DEVICE OF SEXUALITY AND JURIDIFICATION
OF CORPORALITIES: UNVEILING INSPIRATIONS
FROM QUEER THEORY BASED ON THE
CONTRIBUTIONS OF MICHEL FOUCAULT AND
JUDITH BUTLER*

Rainer Bomfim¹

SUMÁRIO: Introdução. 1. Michel Foucault E seus pormenores. 1.1 Dispositivo da sexualidade: Michel Foucault contou histórias? 1.2 Biopoder e sua relação com a sexualidade. 2. Michel Foucault e sua influência

¹ Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com bolsa de pesquisa CAPES. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bacharel em Direito pela UFOP. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Direito, Epistemologias e Vulnerabilidade (DEV-UFLA). Membro dos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq RESSABER (UFOP), Direito e Saúde LGBTQI+ (UFOP) e Retrabalhando o Direito (PUC-MG). Professor Adjunto de Direito Previdenciário na Universidade Federal de Lavras (UFLA).

na teoria *queer*: além do dispositivo da sexualidade.
3. Judith Butler leitora de Foucault. Conclusão.
Referências.

RESUMO: Almeja-se apresentar o dispositivo da sexualidade cunhado por Michel Foucault e utilizado por Judith Butler e os reflexos na construção dos paradoxos dessa juridificação dos corpos e das identidades pelo Direito. Objetiva-se analisar a sistemática das relações de poder e demonstrar como os substratos teóricos para os questionamentos da teoria *queer*. Justifica-se esta pesquisa pela possibilidade de desnaturalizar e deslocar a ideia da existência de um padrão normativo ou de uma essência do sexo. Como conclusão da pesquisa, tem-se que o dispositivo da sexualidade é marcado pela exclusão do diferente e perpassa por relações de poder-saber que foram construídas a partir do discurso dominante, que molda comportamento e padrões desde a modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Direito. Dispositivo da Sexualidade. Corpo. Teoria *Queer*. Michel Foucault.

Abstract: The aim is to present the device of sexuality coined by Michel Foucault and used by Judith Butler and the consequences in the construction of the paradoxes of this juridification of bodies and identities by Law. The objective is to analyze the systematics of power relations and demonstrate how the theoretical substrates for questioning *queer* theory. This research is justified by the possibility of denaturalizing and displacing the idea of the existence of a normative standard or an essence of sex. The conclusion of the research is that the device of sexuality is marked by the exclusion of what is different and permeates the power-knowledge relations that were constructed from the dominant discourse, which has shaped behaviors and standards since modernity.

Keywords: Theory of Law. Device of Sexuality. Body. *Queer* Theory. Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

Ao se enunciar uma escrita jurídica que pretende flertar com o *queer*, não há como apresentar de forma cronológica como é construído esse termo, a sua luta política e a sua transposição para algo teórico (Spargo, 2017, p. 22-26). A inserção do termo como teoria *queer* na academia é associada a Teresa de Lauretis, em 1990,² mas já havia sido utilizado por Gloria Anzaldúa, em 1987. Ambas autoras se engajam na colisão da produção hegemônica do conhecimento, em uma relação dialética entre movimento e teoria *queer* (Rea; Amancio, 2018).

As construções *queer* são anteriores aos conceitos acadêmicos, e a sua inserção nesse meio ainda se trata de uma disputa, seja em relação aos seus significados, seja no tocante às suas narrativas (sendo sedimentadas e (re) valorizadas na medida que se inserem novas complexidades) (Gomes Pereira, 2015; Rea; Amancio, 2018; Spargo, 2017, p. 35-40).

Pensar em estabelecer uma linearidade da teoria *queer* é um reducionismo do seu potencial crítico, até porque as questões de tempo/história são perpassadas pela lógica moderna (Rea; Amancio, 2018). Além disso, a leitura pautada na linearidade estaria construindo um suposto cânone de seus escritos, o que é veementemente criticado e não condiz com essa produção (Gomes Pereira, 2015).

Então, toda a apresentação do *queer* perpassa por uma escolha pessoal de como é sintetizado o pensamento dentro dessa lógica propositiva-finalística. Neste texto, não se vislumbra (e nem se almeja) a possibilidade de um panorama geral e descritivo da teoria *queer*.

O termo *queer* carrega em si um potencial de resistência, antinormatividade, antijuridicidade, o que não significa que será um local de disputa permanente, o que também não invalida o seu uso situacional e contestatório nesta escrita. Da mesma forma, não se deseja que aquelas/es que o usam devam conviver obrigatoriamente com quaisquer exclusões que esse termo possa carregar (Butler, 2019a). Assim, dentro da proposta deste trabalho, e com foco na leitura do marco teórico principal, resolvi, por total liberalidade, iniciar o pensamento *queer* pelos escritos foucaultianos, para demonstrar as potencialidades que essa escrita carrega.

A importância dos escritos do autor não se destaca apenas pela construção do dispositivo da sexualidade (que é central nos escritos da teoria *queer*), mas também pela sua ideia da construção do poder como algo relacional, que desnaturaliza e desloca a ideia da existência de um padrão normativo ou de uma essência do sexo. É pensar também em como o seu

2 Como traz Richard Miskolci: “Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar o empreendimento *queer* com os estudos gays e lésbicos. Em termos políticos, não tardou para que ele denotasse uma alternativa crítica aos movimentos assimilacionistas” (Miskolci, 2009, p. 152).

corpo era uma experiência viva da sua teoria; como estava entrelaçado com a sua pesquisa e transitava nessas construções na busca de um método.

É necessário, ainda, pensar sobre os diversos modos de sujeição em contato com as formas de padronização operadas dentro da modernidade, como substrato de uma normalização e uma normatização dos corpos. Ao discutir como os pensamentos vinculados ao direito e à medicina produzem regras que são aplicadas na construção dos corpos, também se demonstra como esses poderes podem controlar, mapear e higienizar as diversas realidades dos corpos. Por isso, os estudos foucaultianos têm reflexo nas proposições *queer*.

Michel Foucault não foi um pensador *queer*, uma vez que afirmar isso seria anacronismo,³ mas, como será demonstrado, exerce influência dentro dessa produção, principalmente daquela realizada no Norte (Perra, 2015). Essa influência se manifesta seja na maneira foucaultiana em conceber o método genealógico como uma forma de leitura-práxis do dispositivo da sexualidade, ou mesmo pela disposição de que a (homos)sexualidade é um produto da cultura, socialmente construída pelo paradigma moderno, como parte de uma rede dinâmica de campos dos saberes e poderes inter-relacionados (Foucault, 1997, p. 45-87; Spargo, 2017, p. 35-36).

A leitura de Foucault (2009) sobre o poder desloca algumas leituras hegemônicas e revela que seus escritos sofreram grandes influências de suas experiências pessoais (e as sádicas), implodindo as separações do sujeito e objeto de pesquisa. Com proposições que se interligam com a prática (Spargo, 2017, p. 35-36), Foucault entende que a produção científica também perpassa pela sua própria subjetividade (Spargo, 2017, p. 35-37). Seus escritos são grandes influências para o pensamento *queer*, para mostrar como a analítica de poder-saber é instrumento para enfrentar construções enérgicas (Spargo, 2017, p. 35-37).

Então, a presente pesquisa almeja apresentar o dispositivo da sexualidade nos escritos de Michel Foucault e os seus reflexos na construção dos paradoxos dessa juridificação dos corpos e das identidades, por meio da sua análise do poder, que, de forma resumida, também se trata de uma análise da sujeição. Visa-se também demonstrar como a teoria foucaultiana influenciou os escritos de Judith Butler (2003, 2019a, 2019b), que foi uma das pioneiras na pulverização da teoria *queer*.

A partir dos escritos dos autores, é possível inferir que o dispositivo da sexualidade é marcado pela exclusão do diferente e perpassa por relações de poder-saber que foram construídas a partir do discurso dominante, que

3 Pensar e estabelecer uma única linearidade a partir da introdução dos conceitos no mundo acadêmico também se mostra como uma forma de legitimar posições de saberes hegemônicos perante as/os outras/os. Entretanto, quando se traz o conceito em disputa do *queer* ou mesmo o “*to be queer*”, entendo que está articulado em um local de resistência, resignificação e potência para aquela/e sujeita/o identificada/o. É a tradução de luta, desordem, multiplicidades e desconstruções que são pautadas para aquela/e sujeita/o que reivindica um lócus específico.

molda comportamento e padrões desde a modernidade.⁴ A desnaturalização e desessencialização do gênero e do sexo são questões fundamentais para as discussões da teoria *queer*. Essas construções serão tensionadas nesta pesquisa.

1. MICHEL FOUCAULT E SEUS PORMENORES

Michel Foucault (2009) torna-se conhecido pela sua construção e reflexão sobre o poder. Embora o próprio afirme que seus estudos tratam da questão dos processos de subjetivação, o conceito de sujeito é tratado e perpassado pela construção da(s) subjetividade(s) e das relações de poder-saber⁵ (Foucault, 2009, p. 2).

De tal maneira, para Foucault, subjetivação é o processo de constituição do sujeito, sendo que não se tem um sujeito natural, pois este é “[...] modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais estetizações [...]” (Veyne, 2011, p. 178).⁶

Foucault (2009, p. 2) estabelece que a construção das relações sociais passa pelo discurso. Por isso, o sujeito é inserido como epicentro da produção e significação, que se traduzem em complexas relações de poder. O sujeito está sempre ligado e relacionado a uma forma de saber, sendo que o poder se torna possível a partir dos conhecimentos que são instrumentalizados, justificando suas práticas, como questões ligadas a segregações, monitoramento, gestão dos corpos, arquitetura, aparatos sociais (Foucault, 2009, p. 2-4). Rafael Nogueira Furtado e Juliana Aparecida de Oliveira Camilo explicam⁷ o conceito de poder em Foucault:

Foucault recusa-se a pensar o poder enquanto coisa ou substância, as quais seriam possuídas por uns e extorquidas de outros. O poder opera de modo difuso, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica. Ele é, por assim dizer, um conjunto de relações de força multilaterais [...] (Furtado; Camilo, 2017, p. 24).

4 Sílvia Federici (2017) mostra que este dispositivo tem suas raízes estabelecidas antes da modernidade na transição do mercantilismo para o capitalismo, a partir das construções dos corpos femininos. Longe de ser um processo planejado, essas insurgências podem ser plurais e diversas a partir da eleição daquela relacionalidade específica que é estudada/apresentada/estabelecida.

5 “Assim, não é o poder, mas o sujeito que constitui tema geral da minha pesquisa” (Foucault, 2009, p. 1).

6 Sobre o tema, sugiro a leitura das obras *Foucault: seu pensamento, sua pessoa* (Veyne, 2011) e *Micropolítica: cartografias do desejo* (Guattari; Rolnik, 2005).

7 Michel Foucault, em seus escritos, dificilmente apresenta o conceito do que é determinada construção, sendo que, na maioria das vezes, o autor aponta o que não seria aquilo que está demonstrando e analisa a sua construção social. Por isso, para uma melhor elucidação do tema, optei pela conceituação trazida por autores que comentam sua obra.

Foucault (2009) se interessa pelos modos de objetivação do sujeito, com enfoque no dispositivo de sexualidade. O sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder, que são as práticas em que o sujeito é dividido em si mesmo ou dividido em respeito dos outros. Ressalta-se, ainda, que Michel Foucault (2009) não tece uma teoria do poder ou do sujeito, visto que seu método genealógico de construção e escrita rejeita a ideia de teoria, por compreendê-la como uma construção cíclica, com conceitos e hipóteses igualmente fechados. O método genealógico é construído pelo autor para demonstrar como os problemas insurgentes no presente têm suas raízes em fatos sociais que não necessariamente respeitam a linearidade histórica ou que são oriundos de um mesmo fato específico.

Dessa maneira, proposições de saberes inaugurais, que também se desafiam como práticas, são questões encaradas tanto por Michel Foucault (2009) como pela teoria *queer*, que nasce das ruas e posteriormente é incorporada à academia, com pretensões de mudança social-estrutural-política-acadêmica-pessoal (Gomes Pereira, 2015). Então, percebe-se que essa mesma incursão dos saberes foucaultianos, em que são estabelecidos contatos com as suas experiências, também estão presentes nos estudos *queer*, tendo em vista que, muitas vezes, esses saberes, que vêm das ruas/guetos, eram considerados como um “não lugar” dentro do saber acadêmico (ou ainda são considerados).

Frente a isso, os escritos de Foucault (2008) trazem consigo uma análise daquela realidade por meio do método genealógico, que desoculta a forma como o poder-saber age dentro de determinadas estruturas. Seguindo esse método, há potenciais formas de (des)construções constantes de uma determinada realidade político-epistemológica. Isso se apresenta como uma ferramenta para os escritos que o sucederam.⁸

As (pro)posições deste artigo são retratadas confrontando o padrão das relações de poder-saber,⁹ em uma perspectiva *queer*, para pluralizar o sujeito epistêmico do direito. Diante disso, inicia-se pelo dispositivo de sexualidade para mostrar a centralidade, a propulsão e as formas como se relacionam com as leituras da teoria *queer*.

1.1. Dispositivo da sexualidade: Michel Foucault contou histórias?

Michel Foucault, por meio da sua analítica de poder-saber, buscou analisar a sexualidade como um discurso produtor de verdades e de corpos, estando relacionado a um mecanismo de poder desde o século XVIII

8 Destaco as construções de Judith Butler (2019a), Paul Preciado (2018) e Achille Mbembe (2016), que serão utilizados para a escrita deste texto e utilizam-se das ideias apresentadas pelo autor.

9 São adotadas as perspectivas poder-saber da mesma forma que foi utilizada por Michel Foucault (2009) e são expandidas no contexto em que se trata da sexualidade, como será apresentado.

(Foucault, 1999a, p. 229),¹⁰ definido como uma “[...] série de estudos a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo” (Foucault, 1997, p. 87). O autor percebe, a partir da genealogia, que a sexualidade é um constructo histórico-social e tem consigo um caráter regulatório (Foucault, 1997).

Dessa forma, ele faz um duplo movimento de desnaturalização da sexualidade trazendo-a como resultado de redes de poderes-saberes, investigando como elas são invisibilizadas e construídas a partir do desejo, o que permite que essas contradições se operacionalizem (Foucault, 1997, p. 82-87; Miskolci, 2017a, p. 87). A sexualidade é analisada com o objetivo de investigar a constituição do corpo do indivíduo moderno como unidade, em que a sua significação estaria justamente naquilo que se traz como o sexo (Duarte; Cesar, 2016, p. 942; Foucault, 1997, p. 143). Insta salientar que existe uma normalização dos modos de vida e de se relacionar que são constituídos como padrões.

[...] o “sexo” se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo (Foucault, 1997, p. 147).

Para a compreensão desse dispositivo, destaca-se o conjunto de aulas inaugurais no Collège de France, no ano de 1975, que resultou na obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1997), em que o autor se debruça, por meio do método genealógico,¹¹ sobre a análise da sexualidade “[...] como um ponto de passagem particularmente denso para as relações de poder [...]” (Foucault, 1997, p. 136).

Foucault (1999a, 2008), nessa oportunidade, questiona a naturalização da sexualidade, sua essencialização e construção como algo natural, como uma verdade da natureza, sendo concebida antes da própria construção da pessoa. A sexualidade é um produto cultural resultado de relações de poderes-saberes que não deve ser entendida como uma simples extensão do processo biológico ou apenas cromossômico (Butler, 2003; Foucault,

10 “Como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ele tenha sido considerado como o lugar privilegiado em que nossa ‘verdade’ profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer ‘Para saber quem és, conheças teu sexo’. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano” (Foucault, 1999a, p. 229).

11 Tal método é traduzido por Paul Veyne como “[...] a história genealógica não é uma filosofia, ela estuda os fenômenos empíricos e não pretende descobrir a verdade total [...]” (Veyne, 2011, p. 127). Foucault inaugurou uma forma de investigação que parte do pressuposto da construção histórica dos objetos e dos sujeitos a serem investigados (Veyne, 2011). Ao reconhecer a historicidade dos sujeitos e dos objetos, ele analisou as condições de possibilidade do seu aparecimento em determinada época, bem como as condições sob as quais tais sujeitos e objetos tendem ao desaparecimento (Veyne, 2011).

1999a). “É o dispositivo da sexualidade que, em suas diferentes estratégias, instaura essa ideia ‘do sexo’” (Foucault, 1997, p. 144).

Para isso, o autor rejeita a hipótese repressiva da sexualidade sintetizada na frase “[...] pensar ao mesmo tempo o sexo sem a lei e o poder sem o rei [...]” (Foucault, 1994, p. 120), já que se deve libertar das representações do poder-saber ligadas às formas “jurídico-discursivas” (Foucault, 1997). Nesse momento é que se estabelece e se percebe que a construção do sexo é imbricada ao direito, pois o jurídico disciplina, produz e efetiva as leis do sexo dentro dos seus espaços de institucionalidades.

Foucault (1997) refuta a hipótese de que no discurso hegemônico e na linearidade da história que nos é apresentada não há menção da sexualidade nos séculos XVIII e XIX, pois há uma produção de verdades por meio dos discursos e, posteriormente, mediante saberes científicos localizados e com propósitos específicos de controle e higienização. Isso significa que existem grandes produções das sexualidades nas suas definições. Essas produções são demonstrações, incitações, inquietações e até transformações em fetiches das sexualidades plurais (Azevedo, 2016; Foucault, 1997, p. 44-76). O autor apresenta que:

É preciso abandonar, portanto, a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguraram um período de repressão mais intensa do sexo. Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas, mas, sobretudo – e é esse o ponto importante – bem diferente da lei: mesmo que se apóie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, *através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas* (Foucault, 1997, p. 76, grifo nosso).

Foucault considera a psicanálise como uma das herdeiras da tradição judaico-cristã, que enfatiza a ideia da repressão sexual e mantém essa construção no século XX (Foucault, 1997, p. 44-76; Miskolci, 2017a, p. 89). Essa proposição em relação à psicanálise, e em geral das ciências “psi”, decorre do entendimento do autor de que essas cumprem um papel de docilização das pessoas para o seu convívio em sociedade, por meio de dispositivos de controle (como remédios, métodos de tradução dos seus desejos ou mesmo os métodos corretivos) (Foucault, 1997, p. 22-48).

Em termos da sua análise genealógica, o autor verifica que no século XVIII se inicia um aumento da produção científica relacionada ao sexo, em que se tem uma intensificação do discurso indecente: “[...] incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-la falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado” (Foucault, 1997, p. 22). Há,

portanto, uma racionalização do sexo e também sua institucionalização e sua inserção como uma utilidade pública:

Fortalecer e aumentar, pela sabedoria dos seus regulamentos, a potência interior de Estado e, essa potência consiste não somente na República em geral, e em cada um dos membros que a compõem, mas ainda nas faculdades e talentos de todos aqueles que lhe pertencem, segue-se que a polícia, deve ocupar-se inteiramente desses meios e fazê-los servir a felicidade pública. Ora, ela só pode atingir esse objetivo através do conhecimento que possui dessas diferentes vantagens. Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição (Foucault, 1997, p. 28).

Assim, no século XIX, frente à sociedade ocidental, o dispositivo da sexualidade é hipervalorizado nas suas diversas relações como um ramo do conhecimento, o que também leva a um mapeamento dos seus possíveis desvios (Foucault, 1997, p. 22-28). Esse foi o objeto de investigação e produção científica foucaultiano: o controle pessoalizado dos indivíduos (Foucault, 1997, p. 48).

O segredo do sexo não é, sem dúvida, a realidade fundamental com relação à qual se situam todas as incitações a dele falar – que elas tentem quebrá-lo ou, de maneira obscura, o reconduzam pelo próprio modo com que falam. Trata-se antes de um tema que faz parte da própria mecânica das incitações: uma maneira de dar forma à exigência de falar dele, uma fábula indispensável para a economia indefinidamente proliferante do discurso sobre o sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é que elas tenham destinado o sexo a permanecer na sombra, é que elas tenham se dedicado a falar dele sempre, fazendo-o valer como o segredo (Foucault, 1997, p. 48-49).

Para Foucault (1997, p. 47-50), no século XIX, foi recorrente a delimitação do que era a sexualidade e o que se podia ou não fazer¹² pelos mais diversos ramos do conhecimento. As produções cartográficas do corpo e das sexualidades demonstraram quais são suas limitações e suas formas de controle (Foucault, 1997, p. 47-50). No século XIX, houve a constituição do sujeito moderno como sujeito de uma sexualidade, em que se debate na biologia, medicina e psicologia (com as ciências psi, em especial

12 A ideia do que se pode ou não fazer dentro das sexualidades era mapeada por uma noção de normalidade dentro da relação sexual e o sexo era apenas para a reprodução, como uma forma de condenar o prazer, especialmente o feminino.

a psicanálise freudiana)¹³ (Foucault, 1997, p. 47-60) para trazer concepções de seu uso, ou mesmo uma cisão do sujeito com o seu inconsciente. Nesse momento, parece que os olhares do saber se voltam para a forma do prazer e dos corpos (Foucault, 1997, p. 144), com uma finalidade de mapeamento e controle desses.

Na modernidade, a anatomia do corpo é definida e cartografada a partir de funções específicas: todo o corpo é significado a partir de funções (Foucault, 1997, p. 141-144). Essa funcionalização é voltada, quanto à sexualidade, para um fim único, isto é, para a lógica da reprodução (Foucault, 1997, p. 141-144). Essa funcionalização é descrita como o:

Modo [que se articulam dispositivos de poder diretamente ao corpo a corpo, a funções, a processos fisiológicos, sensações, prazeres; longe do corpo ter de ser apagado, trata-se de fazê-lo aparecer numa análise em que o biológico e o histórico não constituam sequência, [...] mas se liguem de acordo com uma complexidade crescente à medida em que se desenvolvam as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida (Foucault, 1997, p. 142).

Igualmente, verifica-se a existência do homem e da mulher com uma diferença sexual criada no século XIX, a partir da anatomia pelo dimorfismo (Federici, 2017, p. 141-145; Foucault, 1997). É o que se chama de criação do útero, em que a mulher passa a ser o receptáculo e geradora de filhas/os e isso a aprisiona dentro do lar¹⁴ (Federici, 2017, p. 33-36; Foucault, 1997, p. 141-145). No espaço público, as mulheres são concebidas como uma pequena manufatura de filhas/os,¹⁵ tendo em vista a devastação da Europa pela peste e também pela Guerra dos 100 anos, de forma que as tecnologias de dominação se modificam nessa relação (Federici, 2017, p. 144-145; Foucault, 1997, p. 141-145)

Já para o homem, a busca pela autonomia é subsidiada pela modernidade patriarcal, em que ele deveria trabalhar para garantir o sustento da sua família heterossexual, que formava com a mulher e suas/seus filhas/os (Federici, 2017, p. 33-36; Foucault, 1997, p. 232). “Para que o Estado funcione como funciona, é preciso que haja do homem à mulher ou do adulto à criança relações de dominação bem específicas, que têm sua configuração própria e sua relativa autonomia” (Foucault, 1997, p. 232).

13 “Se antes de Freud o sexo era reduzido a meras funções de ‘reprodução’, com suas ‘localizações anatómicas imediatas’, em suma, se ele era pensado como fenômeno restrito a um ‘mínimo biológico — órgão, instinto, finalidade’” (Foucault, 1999a, p. 142), com Foucault chegaríamos ao ponto inverso em que se poderia falar de um excesso da sexualidade sem que jamais se pudesse vinculá-la ao sexo. Seguindo-se o fio condutor dessa crítica chegaríamos à paradoxal conclusão de que, no pensamento de Foucault, prevaleceria algo como “uma sexualidade sem sexo” (Duarte; Cesar, 2016, p. 951).

14 Essa constatação de Michel Foucault (1997, 2009) está relacionada com a sua leitura epistêmica da Europa ligada às mulheres brancas e burguesas, em sua análise que também reflete a formação do sujeito moderno com as raízes ligadas ao seu local de escrita.

15 Quando se traz para a realidade brasileira com suas raízes escravocratas, é possível constatar que as mulheres negras ainda eram entendidas como objeto e não como um sujeito, sendo que eram impostas metas de reprodução e aquelas eram submetidas às diversas explorações dos seus corpos (Davis, 2016).

A invenção da homossexualidade patológica é também datada no século XIX (Foucault, 1997, p. 44-48), conforme Foucault: “A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia inferior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (Foucault, 1997, p. 44).

Essa frase não está relacionada apenas com a introdução do termo por um cientista, mas também com uma ótica de análise das relações de poder-saber-prazer¹⁶ sobre o corpo de um indivíduo sexodissidente (Foucault, 1997, p. 44-48). Antes havia a prática reiterada de sodomia, mas neste século o que se vê é a produção da forma correta de se praticar sexo, a qual exclui os homossexuais do âmbito da normalidade (Foucault, 1997, p. 133-139). O cumprimento do destino biológico dos corpos feminino e masculino (dimorfismo) transforma a prevalência em regra para atingir a finalidade da reprodução (Foucault, 1997, p. 133-139).

Então, o dispositivo de sexualidade “[...] seria como uma rede de saberes e poderes que se apropriam do corpo em sua materialidade viva e, assim, o investem de significação e inteligibilidade” (Cesar; Duarte, 2017, p. 243). Esse dispositivo é capaz de produzir efeitos de normalização e patologização sobre os indivíduos e também sobre as populações (Cesar; Duarte, 2017; Foucault, 1997, p. 133-139). Esse é o nome que se poderia dar a um dispositivo histórico:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (Foucault, 1997, p. 139).

Dispositivo é uma ferramenta conceitual para se pensar a realidade contemporânea, sendo que: a) pode ser de forma não hierárquica, dialógica e heterogênea a interação com a realidade; b) é um tipo de formação em determinado momento histórico para responder a alguma urgência; ou c) é um conjunto que engloba discursos, instituições, estudos científicos, regulamentos, leis, arquiteturas (Foucault, 1997, p. 44-60, 1999b, 2008). O importante é trazer esses dispositivos, especialmente o da sexualidade, para a análise de qual forma e de que maneira se tem a produção de corpos por essa realidade, em que o ser é definido pela sua sexualidade (Foucault, 1997, p. 44-49).

O dispositivo de sexualidade inaugura uma relação entre poder-prazer-saber em que o corpo se mostra como resultado de conhecimentos que

16 Como traz Foucault (1997, p. 75): “[...] saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber [...]”.

atuam sobre a sua construção (Foucault, 1997, p. 44-49). Dessa forma, o “[...] dispositivo de sexualidade é produzido a partir do corpo; não é extraído dele como se revelasse sua verdade recôndita por meio de um discurso científico que finalmente foi capaz de atingir sua essência” (Adverse, 2016, p. 940).

Portanto, por tudo o que foi apresentado, denota-se que a sexualidade é lida como um dispositivo pela sua complexidade de análise e inter-relação com outros âmbitos, mas, ao mesmo tempo, é estrutural e estruturada por discursos de poder, que reafirmam uma hegemonia construída para finalidades específicas de controle, mapeamento e higienização (Foucault, 1997, p. 44-49), como será observado no próximo tópico.

1.2. Biopoder e sua relação com a sexualidade

Antes de entrar nas questões relacionadas aos corpos e ao dispositivo de sexualidade, cumpre destacar um ponto da analítica de poder-saber foucaultiana, que é o biopoder, sendo, em uma definição simplista, uma parte do domínio da vida em que o poder está no controle (Foucault, 1999b). Michel Foucault (1999b) ainda o divide em poder disciplinar e biopolítica, para a compreensão das relações perpassadas nas técnicas sobre os indivíduos e sua relação com a população, respectivamente.

O corpo dos indivíduos na dimensão do poder disciplinar é controlado e normalizado para exercer um tipo de sexualidade cis-hetero-centrada, em que o pensamento é voltado sobre o indivíduo para a docilização dos corpos (Foucault, 1999b). Trata-se de um corpo construído, formado, que deve ter qualidades e funções para ser capaz de exercer um trabalho de forma maximizada, com o menor esforço e com a máxima rentabilidade (Foucault, 1997; Foucault, 1999b). É nos regimes disciplinares que se tem a repetição criada, gerida e sustentada com rituais que produzem as estilísticas estéticas, comportamentais e produtoras daquela subjetividade (Butler, 2019, p. 69; Foucault, 2013). Entretanto, transparece no livro a História da Sexualidade I: A vontade do saber que o poder não é suficiente para descrever toda a realidade proposta, tendo em vista que

[...] da atuação de um poder que já não tratava simplesmente de disciplinar e regerar comportamentos individuais, mas que pretendia normalizar a própria conduta da espécie ao regerar, manipular, incentivar e observar fenômenos que não se restringiam mais ao homem no singular [...]
(Duarte, 2008, p. 3).

Dessa maneira, é necessário estudar a multiplicidade de pessoas em suas ações de conjunto, que é a população, a qual é definida como “corpo-espécie” (Foucault, 1997). Esse estudo da população é um estudo

dos processos biológicos inerentes à vida (Foucault, 1997). A biopolítica é uma das formas de relação do poder que se ocupa da análise de como o corpo social da modernidade é afetado pelos processos da própria vida e, conseqüentemente, da morte (Foucault, 1999b). O corpo vivo é o objeto da política, sendo um processo de fabricar, estabelecer disciplinas e funções, bem como atribuir modos de produção (Preciado, 2020). Como traz Preciado:

Para Foucault, as técnicas governamentais biopolíticas se estendem como uma rede de poder que transbordava a esfera legal ou a esfera punitiva, tornando-se uma força “somatopolítica”, uma forma de poder espacializado que se estendia por todo o território até penetrar no corpo individual (Preciado, 2020).

A compreensão das relações inerentes à população é complexa e deriva de uma combinação de elementos para compará-los, defini-los, quantificá-los e mostrar todos os seus detalhes em gráficos e estatísticas, sempre buscando um ponto de normalidade que é aceitável para o seu equilíbrio (Foucault, 1997). Particularmente, esse é um ponto ótimo que trabalha com a descartabilidade de vidas que não importam nesses processos; é um gráfico ideal que aceita a morte de pessoas como números, ignorando suas relações. É a matemática seca de números que estabelece vidas que importam e vidas que não importam. Esses gráficos, que deveriam traduzir o poder da vida, trazem em si o racismo de estado sobre quais vidas são aceitáveis de se perder para o sustentáculo dessa população (Foucault, 2008). “O racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte entre o que deve morrer e o que deve viver” (Foucault, 1999b, p. 214).

O Estado administra a vida dos cidadãos por meio do controle das instituições, fazendo com que uma classe de indivíduos seja desvalorizada (Foucault, 1999b), tornando-se até invisível e insignificante para a sociedade, muitas vezes abjeta¹⁷ (Kristeva, 1980).

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante [...] que se

¹⁷ Esse termo será explorado e definido em outras passagens do texto.

faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que *já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana* (Foucault, 1999b, p. 289, grifo nosso).

Para Foucault (1999b), a biopolítica não exclui o poder disciplinar, sendo que ambos constituem o biopoder e estão associados ao contexto capitalista. Dessa maneira, na dimensão biopolítica é produzido o direcionamento de qual é o espaço para cada corpo (ou o modo como aqueles corpos serão tratados) e na dimensão disciplinar se produzem os controles sobre o modo do corpo e sua melhor performance individual (Foucault, 1997, 1999a).

O dispositivo da sexualidade age sobre os corpos para produzir um eixo uniforme, sendo que essa sexualidade gera redução e formação cultural daquele corpo no contexto no capitalismo moderno (Butler, 2019, p. 69; Foucault, 1997, p. 43-48). Sobre essa associação:

O capitalismo, assim, associado à introdução da vida no domínio do poder e do saber, das técnicas políticas. A partir de certo domínio sobre a vida, através do desenvolvimento de conhecimentos sobre a mesma, e a partir da fixação de medidas que visavam a vida e a sobrevivência; as iminências da morte eram afastadas. Os processos da vida são objetos de uma tentativa de controle e modificação por parte do poder-saber. Trata-se de um marco paradigmático na história, a primeira vez que o biológico reflete-se no político. O viver, parcialmente, nos procedimentos de poder-saber. *O poder é exercido sobre a vida, o que lhe dá o acesso ao corpo.* Entretanto, tais tecnologias políticas vão incidir, além de sobre o corpo e saúde, sobre a alimentação do indivíduo, habitação, condições de vida; *sobre toda a sua existência* (Azevedo, 2016, p. 26, grifo nosso).

Observa-se que o sexo se tornou um lócus do controle disciplinar do corpo e da regulação dos fenômenos da população (por meio da biopolítica), constituindo-se no que o autor denominou como dispositivo da sexualidade (Duarte, 2008, p. 3). Assim, quando se trata do sujeito ocidental na modernidade, a sexualidade é produzida por uma rede de saberes-poderes que resultam em um significado do coletivo (Duarte, 2008, p. 3), não homogêneo e plural.

Depois de apresentado o dispositivo da sexualidade sob a análise foucaultiana, cabe agora analisar as conexões dos escritos do filósofo com a teoria *queer*, demonstrando as suas relações e conexões como pontos insurgentes.

2. MICHEL FOUCAULT E SUA INFLUÊNCIA NA TEORIA QUEER: ALÉM DO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Em uma tentativa de aproximar Michel Foucault da teoria *queer*, cita-se o conceito cunhado pelo autor de sexualidades periféricas:

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo quase trai sempre como natureza singular (Foucault, 1997, p. 43).

As perversões seriam todos aqueles comportamentos não padronizados (ou não considerados padronizados), que são tipificados como crime, doença, aberração. Tais comportamentos são confinados à exclusão social (Foucault, 1997). A tentativa das ciências biológicas em mapear e designar tais construções são derivadas de suas existências, que pretendem reprimir (Foucault, 1997).

Assim sendo, o objetivo não é apenas condenar essas “perversões”, mas ter uma gestão e controle sobre aqueles comportamentos (Foucault, 1997). Então, é realizado o mapeamento, a catalogação e a especificação das múltiplas sexualidades, pois, ao eleger um tipo de comportamento padrão, as diversas formas de sexualidades que divergem deste são excluídas (Azevedo, 2019, p. 34-36; Foucault, 1997). Trata-se de um controle do saber-poder-prazer dessas sexualidades e do material fornecido por aquele dizer sexual (Foucault, 1997).

Entretanto, em uma vertente relacional e da multiplicidade das redes do poder-saber¹⁸ (que estão presentes em todos os lugares e são constitutivas daquela organização), a tentativa de reprimir acontece em uma dialética de

18 Gilles Deleuze, em seu livro Foucault, traduz as relações de poder-saber de uma forma simples “[...] ele [o poder] é uma relação de forças” (Deleuze, 2005, p. 77). Por sua vez, Helton Adverse (2016, p. 935) resume as citações de Michel Foucault na obra *História da sexualidade I: A vontade do saber*: “Foucault define o poder, como vimos, como ‘multiplicidade de relações de força imanentes ao campo em que elas se exercem’. Em seguida, ele afirma que o poder é também ‘o jogo que, por via de lutas e enfrentamentos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte’; ele é, ainda, ‘os apoios que essas relações de força encontram umas nas outras, de maneira a formar cadeia ou sistema, ou, ao contrário, os deslocamentos, as contradições que as isolam umas das outras’. Por fim, o poder implica as estratégias ‘nas quais elas adquirem efeito, e cujo desígnio geral ou a cristalização institucional ganham corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemônias sociais’”.

propulsão e de resistência¹⁹ (Foucault, 1997, p. 121-122). Quanto mais se estuda, se escreve, se fala, se reprime, mais se difunde aquele comportamento que pode ser acessado por meio do instrumento que é feito para diagnosticar (Foucault, 1997). “Contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio de contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres” (Foucault, 1997, p. 147). Esse é um dos pontos de insurgência que é levantado pela teoria *queer*.

Isso acontece com o estudo e a definição da homossexualidade,²⁰ que abrem brechas para uma identificação enquanto um mesmo grupo que realiza práticas e comportamentos comuns dentro do sexo. O movimento homossexual ressignifica a exclusão e a designação comum para lhes atribuir força, para se unirem e lutarem juntos contra aquela sociedade heterocentrada²¹ (Azevedo, 2019).

Michel Foucault, no seu curso posteriormente intitulado *Os anormais*, traz a discussão relacionada a pessoas “hermafroditas”, hoje chamadas de intersexuais, em que analisa como essas foram tratadas como pessoas desviantes ao longo da história, percebendo-se uma mudança de tratamento usualmente modificada de uma anomalia da natureza para um discurso médico (Foucault, 2001, p. 89-95). A autora Maria Rita Assis César chega a essa mesma conclusão em sua análise da obra do autor:

No transcurso daquele período histórico, o que o autor percebeu foi um deslocamento em relação à abordagem da questão, isto é, gradualmente o/a hermafrodita deixava de ser tomado/a como um monstro da natureza e passava a ser tomado/a como um caso médico, uma anormalidade anatômica e fisiológica e, sobretudo, um caso que não estaria fora da natureza, mas que se tornaria uma monstruosidade de caráter, o que, mais tarde, iria aproximá-lo da criminalidade (Foucault, 2001, p. 93). Assim, as condenações posteriores ao exame médico, já a partir do século XVIII, possuem o sentido de uma reintegração ao sexo verdadeiro. Há uma enorme preocupação com a vestimenta, que deveria ser condizente com o sexo determinado pelo saber médico e, sobretudo, que o casamento fosse realizado com um indivíduo do sexo oposto (César; Duarte, 2017, p. 245).

Os discursos de normalização e de patologização médica podiam condenar essas pessoas intersexuais como filhos do crime, ou mesmo

19 Sobre o tema, convém destacar a máxima foucaultiana: “Onde há poder, há resistência” (Foucault, 1997, p. 125).

20 *Em História da sexualidade I: A vontade do saber*, o autor analisa a criança masturbadora, a mulher histórica, o jovem homossexual e o casal não malthusiano (Foucault, 1997).

21 Não se entende que se trata não de uma construção benéfica, mas sim de um processo histórico, que será problematizado em tópicos posteriores, pela sua busca centrada em reconhecimento de direitos de uma forma também hegemônica, em um paradigma ainda cis-heteronormativo.

criminosos, uma vez que sua “[...] disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção” (Foucault, 1997, p. 30).

Dessa forma, percebe-se que a conexão dos estudos de Michel Foucault (1999a, 1999b) com a teoria *queer* – além de ambos serem lócus de produção e resistência – é a exposição de que o que é considerado normal, comum ou mesmo padronizado trata-se de um processo de exclusão sistemática, que é legitimado por saberes específicos, lidos e relidos pelas construções relacionais do poder. Existe um processo de crítica que é o deslocamento das perguntas tradicionais sobre o que são essas/es sujeitas/os estranhas/os para demonstrar que a própria construção da estranheza é um processo hegemônico que opera e institui exclusões. Como é lembrado por Foucault (1997, p. 30-35), a investigação científica pautada no método cartesiano e a supervalorização desse modelo de ciência levam a conclusões que consideram somente pontos em comum.

A teoria *queer* se baseia nessas proposições de deslocamento do epicentro das perguntas que são feitas pela ciência, para demonstrar que é a partir de uma normalização que as barreiras são estabelecidas. Essa teoria se vale do trabalho realizado por Foucault para demonstrar a sexualidade enquanto um dispositivo histórico de poder, para tentar lançar novas perspectivas de transformação cultural e social (Lacerda, 2020, p. 13).

Diante desse contexto dialógico entre os estudos foucaultianos sobre sexualidade e a teoria *queer*, a produção de Judith Butler é um dos principais expoentes teóricos, denunciando a essencialização do gênero como categoria central e elaborando pressupostos para tensionar o que seria a cis-heteronormatividade.

3. JUDITH BUTLER LEITORA DE FOUCAULT

Judith Butler representa a primeira virada filosófica da teoria *queer*. A autora, mediante o denominado giro performativo, questiona a concepção de sexo entendido como biológico ou ontológico (Navarro, 2020, p. 19). A autora (2003, p. 9-14) retoma em *Problemas de Gênero* o mesmo exemplo das pessoas intersexuais para trabalhar as questões afetas ao gênero, para além do sexo, bem como para mostrar uma não adequação essencial ao sistema sexo-gênero-desejo. Butler (2003, p. 12-17) considera que os corpos são sexuados e generificados inexoravelmente, sendo que são constituídos dentro de uma determinada cultura e permeados por dispositivos que normalizam a heterossexualidade e as identidades binárias. Logo, para a filósofa, todas/os aquelas/es que fogem da lógica cis-heteronormativa são consideradas/os como loucas/os, criminosas/os ou excluídas/os, o que demonstra uma

influência dos escritos de Michel Foucault (1999a), mas, ao mesmo tempo, aborda saltos teóricos distintos.²²

Butler (2003, p. 9-12), em conformidade com a visão foucaultiana, compreende o poder como algo constitutivo, relacional e que molda as/os sujeitas/os na sua condição de existência, trajetória e desejo. A autora entende a sujeição como um processo em que se produz o sujeito por meio da dependência fundamental do discurso que não é escolhido, e que, em um processo antagônico, constitui e sustenta as ações das/os sujeitas/os. Judith Butler parte de uma afirmação foucaultiana para entender por que a concretização de uma estrutura binária está intrínseca ao conceito de gênero:

[...] explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica do poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, *ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos* (Butler, 2003, p. 9, grifo nosso).

Dessa forma, para Butler, o gênero é considerado inteligível a partir do instante em que está dotado de coerência e linearidade entre o sexo, a prática sexual e o desejo (Butler, 2003, p. 9-14). A partir de uma genealogia crítica do binarismo de gênero, a autora critica a distinção sexo-gênero e as construções que demonstram o sexo como natural ou pré-discursivo.

Butler empreendeu uma crítica radical à política de identidade construída por parte do movimento feminista, por considerá-la essencialista, naturalizante e assimilacionista. Embora a filósofa norteamericana reconheça o lugar estratégico dessa política na afirmação e na ocupação de (outros) lugares políticos e sociais, ela questionou se tal política produziu um efeito regulador e excludente ao afirmar, contornar, limitar, restringir uma posição unificadora de sujeito (Veras, 2015, p. 38).

Apresentar a linearidade desses discursos sobre sexo-gênero-desejo como um regime de verdade é uma das estratégias utilizadas para corroborar com estruturas rígidas (como heterossexualidade compulsória

22 Noutro giro, Butler critica Foucault que, na sua obra de introdução do hermafrodita, se contradiz ao demonstrar, por meio da sua compreensão do suposto desaparecimento do sexo de Herculine como um limbo de uma não identidade, um deleite sentimental (Butler, 2003; Perelson, 2004). Na obra Problemas de Gênero, a autora sustenta que existe uma pressuposição discursiva da condição universal do sujeito, defendendo que esse tema tem uma integridade pré-social e anterior a seus traços de gênero (Butler, 2003; Perelson, 2004).

e falocentrismo) (Butler, 2003, p. 10-15). Isso provoca, portanto, uma impossibilidade de existência em decorrência de uma falha ou defeito ao desenvolvimento do que se compreende como normal de tudo e todas/os aquelas/es que rompem com essa coerência entre o gênero, o sexo e o desejo (Butler, 2003, p. 9-15).

Daniel J. García López (2016) entende, ao analisar a obra de Butler, que isso seria uma demonstração da aliança entre a medicina e o direito. O autor apresenta os atos de paródia que Butler propõe como apontamento para a confirmação da estrutura performativa, localizando nas travestis os processos de configuração do gênero, uma vez que a pessoa travesti, implicitamente, acabaria por evidenciar a estrutura de imitação que o gênero possui (López, 2016, p. 328-330). Não se pode falar em um gênero original, uma vez que esse não existe, mesmo que a lei tente reiteradamente incutir a ideia de um gênero original e natural. A paródia aponta a inexistência de elementos fixos, prévios ou ontologicamente naturais (López, 2016, p. 328-330).

Butler insere o gênero em uma posição central para ampliar a análise do dispositivo da sexualidade. Para a filósofa, o gênero é uma construção performativa (ou um efeito performativo), diferindo-se de uma construção natural (Butler, 2003, p. 9-22; Spargo, 2017). A performatividade, para Butler (2003), é a reiteração ritualizada de formas particulares e específicas de comportamento, que constroem efeitos sociais pelo discurso, que, muitas vezes, são as associações dadas a um mesmo signo que é nomeado. A política performativa, proposta por Judith Butler, atua para romper essas pretensas fundações naturais, que presumem que a identidade é um elemento existente desde o início, sendo essa a forma de se quebrar a equivalência entre a natureza e a segurança jurídica (López, 2016, p. 328-330).

As performatividades de gênero que se articulam fora desse sistema binário são presumidas como identidades transtornadas, como é o caso das pessoas transgênero, intersexuais, lésbicas, gays e bissexuais (Butler, 2003, p. 45-48). Conforme traz a autora:

O gênero mostra ser performativamente no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o *gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra*. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra - a obra é tudo”. Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmariamos como corolário: *não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero;*

essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados (Butler, 2003, p. 48, grifo nosso).

Um exemplo, como lembrado acima, dessa performatividade, são as travestis que, por meio de dispositivos formados pela tecnologia de gênero²³ (Laurentis, 1990), os quais são criados a partir do binarismo, perturbam as normas culturais de masculino e feminino para performar outro gênero, reivindicando tal transgressão para a viabilidade da sua existência. Nesse sentido, desejam ser tratadas no feminino; podem desenvolver mudanças em seus corpos; criam linguagens próprias; usam roupas, sapatos femininos e maquiagens para reinventar o seu papel social por meio de uma nova socialização, subvertendo processos sociais de fabricação dos seus corpos (Benedetti, 2005). De tanto se fazer mulher, performar o signo mulher, elas desafiam o que seria o feminino como prática (Vencato, 2009). Tanto o vestido quanto o hormônio são extensões do corpo (Hanna, 2020).

“Ser travesti” é um processo, nunca se encerra. Construir um corpo e cuidar deste é uma das maiores preocupações das travestis. Estão sempre buscando o que elas chamam de “perfeição”, o que significa “passar por mulher”. Não por qualquer mulher, mas uma bonita e desejável. Isto é: a branca e burguesa. Em busca dessa imagem afinam suas trações, bronzeiam seus corpos, adornam-se com roupas que remetem a mulheres glamorosas, escolhem nomes comuns a atrizes e musas hollywoodianas ou cantoras pop. Desta forma não subvertem a norma, mas elas se submetem. Se “ser travesti” é algo continuado e sem fim, este processo tem um começo, que se divide em algumas etapas. A primeira delas (1) é quando ainda se é “gayzinho” (classificação êmica), ou seja, já se assumiu a orientação sexual para familiares e para a “a sociedade” (como elas dizem, ou seja, para um conjunto mais abrangente de pessoas), mas ainda não se vestem com roupas femininas ou ingerem hormônios. Segue-se, então, (2) a fase do “montar-se”, o que significa no vocabulário próprio do universo homossexual masculino, vestir-se com roupas femininas, maquiarse de forma a esconder a marca da barba, ressaltar as maçãs do rosto, evidenciar cílios e pálpebras além da boca. Vestir-se com roupas femininas é, algo ocasional, de tom furtivo, restrito a momentos de lazer ou noturnos. O terceiro momento é o da (3) “transformação”. Esta é uma fase mais nuançada, pois tanto pode envolver depilações dos pelos do corpo e vestir-se cada vez mais frequentemente como mulher, como pode indicar o momento inicial de ingestão de hormônios, quando estes não produziram efeitos perceptíveis; e, finalmente, (4) a quarta etapa,

23 As tecnologias de gênero são produções a partir das normas de gênero e também daquilo que representa as diferenças do sistema de gênero, com destaque para a família, a mídia e a cultura (Laurentis, 1990).

quando já se é travesti. Pois além do consumo de hormônios, vestem-se todo tempo com roupas femininas (sobretudo roupas íntimas, pois pode estar de shorts, sem camisa, mas de calcinha, e, no mínimo, já se planeja injetar silicone nos quadris e nádegas (Pelúcio, 2005, p. 98).

Butler entende que o sujeito é um devir discursivo, imposto a situações que processam a sua subjetivação (Butler, 2003, p. 23-27), sendo que essa referência linguística quanto aos corpos não é descritiva e sim performativa, como os termos apresentados acima (Díaz, 2013, p. 443). “Butler destaca que a ação do sujeito é interna e não externa ao poder e que, por isso, a capacidade de ação não pode se conceber a partir do ângulo do sujeito voluntarista, livre para escolher incondicionalmente. Porém ele tem força para atuar” (Díaz, 2013, p. 447).

Consequentemente, existe um corpo discursivo que é subjetivado a partir das suas vivências e das suas experimentações, o que revela também a potência da transgressão das normas (Butler, 2003, 2017). O corpo pode se tornar livre para viver experiências, desejos ou fantasias e estaria passível a diversas identificações, enquanto corporeidade discursiva (Butler, 2003, p. 23-27; Díaz, 2013, p. 443-445).

A construção do sujeito traz consigo um modo de operar que estabelece o que é humano inteligível e o que é abjeto.²⁴ A performatividade dessa construção deve ser entendida como um conjunto de atos que é causado pelo sujeito, como parte de um processo que, no percurso do seu tempo, funciona pela reiteração, composição e citação de normas, que fazem parte daquela formação do sujeito sexuado e generalizado (Butler, 2003, p. 9-23; Díaz, 2013, p. 443-445). Reitero que a afirmação do sexo ocorre sempre dentro de um processo discursivo de materialização (Butler, 2003; Díaz, 2013, p. 443-445).

Judith Butler (2019b) retoma a discussão da materialidade dos corpos em *Corpos que importam*: os limites discursivos do sexo,²⁵ escrito em 1993, questionando qual seria essa materialidade atribuída a cada um dos corpos. A autora afirma que o que controla os corpos e seus movimentos é material, mas a materialidade é pensada como um efeito produtivo do corpo (Butler, 2019b). O próprio sexo não pode ser entendido separadamente da

24 “O entrelaçamento das citações pode ser desfeito em favor de outorgar significação a corpos e estilos da vida que a lógica simbólica hegemônica excluiu como abjetos para fortalecer, por esse meio, o valor daqueles corpos normativos que foram designados, materializados, como corpos que importam” (Díaz, 2013, p. 447). Corpos abjetos são corpos ininteligíveis, corpos que não importam, construídos performativamente em um processo discursivo que mostra quais corpos são vidas possíveis (Butler, 2019b; Díaz, 2013, p. 451).

25 O título em inglês desse texto é *Bodies that matter* e tem uma construção relacionada com o termo “importam”: o verbo “to matter” significa importar, ter importância, e o substantivo “matter” significa matéria. Então, o termo está correlacionado com a ideia da autora de “corpos que pesam”, de forma que a tradução perde o potencial dessa ressignificação e desse agenciamento do termo. No Brasil, tem-se a tradução do capítulo introdutório como “Corpos que pesam” em *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, de organização de Guacira Lopes Louro (2004).

materialidade imposta ao corpo, sendo que para Butler: “[...] o ‘sexo’ é [...] uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (Butler, 2019b, p. 15).

A filósofa reforça que o sexo é, desde o início, normativo, sendo entendido a partir de Foucault como um ideal regulatório, como uma prática regulatória que traz consigo a produção dos corpos que governa como uma espécie de poder produtivo (Butler, 2019b). “Em outras palavras, o ‘sexo’ é um constructo ideal que forçosamente materializado ao longo do tempo” (Butler, 2019b, p. 16).

A autora propõe o conceito de agência em que todas as categorias sociais são constructos discursivos contínuos (sendo formados e produzidos de maneira constante), que atendem a uma norma cultural masculina, branca, eurocêntrica, cis-heteronormativa, e, portanto, não são naturais ou pré-constituídas (Butler, 2003, 2019a). Ela demonstra, no mesmo sentido de Michel Foucault, que não existe uma essência do sujeito e que isso é construído e formado por um discurso dominante.

Então, é possível performá-las de maneiras não binárias, de formas inesperadas e subversivas (Butler, 2003), pela dessencialização ou pela desnormalização da sociedade, posto que a regra é colocada como o normal. Essa formulação traz em si algo muito potente para a produção ontológica de um campo de contestação (Butler, 2003, p. 279), visto que se pode utilizar dessa mesma reiteração de atos para impedir que persistam formas habitualmente construídas de exclusão e de produção de corpos abjetos e corpos que importam (Butler, 2019b, p. 277-280; Díaz, 2013, p. 447-450). A autora argumenta que isso pode ser feito por processos discursivos, que mostram a existência de ações e atividades que consideram corpos como não visíveis e vidas não vivíveis (Butler, 2019b, p. 277-280; Díaz, 2013, p. 447-450).

Tendo em vista que não existe nenhuma escolha livre, pois todas/os estão inseridas/os dentro do discurso culturalmente e historicamente produzido, a subversão deve ocorrer no interior das estruturas discursivas existentes (Butler, 2003, p. 9-23). O conceito de agência trata da possibilidade de subverter a norma-lei-discurso dominante para fazê-la se voltar contra si mesma, visando fins políticos e radicais (Butler, 2003, p. 9-23). As normas são deslocadas ao desassociar o signo do seu significado ou ao ressignificar tais relações na ordem simbólica da linguagem: o agenciamento envolve reterritorializações agressivas das conexões das categorias sociais ou arranjos sociais que desafiam toda a construção normativa.

Dentro dessas proposições apresentadas é que se desenvolve a teoria *queer*, que é uma construção simbiótica e que se estrutura como uma forma de questionar as sexualidades estruturadas, os pontos de normalidade e os aparatos que suportam a sexualidade como algo jurificado dentro do Direito.

CONCLUSÃO

A partir dos escritos foucaultianos, denota-se que a sexualidade é estabelecida como um dispositivo pela sua complexidade de análise e inter-relação com outros âmbitos sociais e culturais, por serem formas de construção do corpo. A sexualidade é um constructo histórico-social e tem consigo um caráter regulatório de corpos que são considerados normais ou anormais.

No mesmo sentido, percebe-se que atua com finalidades específicas de controle, mapeamento e higienização. Afirmar-se isso pois o sexo se tornou um lócus do controle disciplinar do corpo e para a regulação dos fenômenos da população (por meio da biopolítica).

Por isso, percebe-se que os escritos de Michel Foucault questionavam o lócus da heterossexualidade e também problematizavam as estruturas do que é considerado “normal”. Nos escritos foucaultianos, percebe-se a análise das relações de poder e a centralidade do sujeito como alguém precário, o qual tem a sua vida administrada de forma contínua. Essas aspirações são de grande valia e influência para os giros epistemológicos da teoria *queer*, uma vez que estabelece uma crítica ao padrão regulatório e às formas como são pensadas a sexualidade (principalmente dentro do Direito) são fundamentos de problematização.

Por sua vez, Judith Butler, a partir de um giro performativo da sua própria teoria, questiona o sexo entendido como biológico ou ontológico. A autora argumenta que a própria noção de sexo não pode ser entendida separadamente da materialidade imposta ao corpo. Desse modo, o sexo é, desde o início, normativo como uma prática regulatória que traz consigo a produção dos corpos que governa como uma espécie de poder produtivo. Essas construções são importantes para pensar a teoria *queer* com o ideal de questionar a naturalização das relações heterossexuais e também das identidades cisgêneras.

As aspirações da escrita butleriana apresentam fundamentos para a desnaturalização e desessencialização do gênero e do sexo pelas teorizações *queers*. A autora questiona mais uma vez a heterossexualidade como algo compulsório, mas eleva as suas discussões ao questionar os efeitos das normas nos corpos a partir da sua relevância política que é dada. É importante ressaltar que Butler questiona quais são as vidas que importam no sistema jurídico e problematiza as formas de luto (como uma ferramenta política).

Por fim, percebe-se que, como foi adiantado no início do texto, Michel Foucault e Judith Butler não foram os primeiros filósofos a iniciar a discussão da teoria *queer*, porém os seus escritos são considerados centrais para os questionamentos em termos de sexualidade, corpos e juridificação de corpos. A escrita desses autores atravessa a

produção científica da crítica *queer* como elementos fundantes dessas problematizações.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. Foucault e a História da Sexualidade: Da Multiplicidade das Forças à Biopolítica. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 28, p. 927-948, 2016.

AZEVEDO, Thiago Galeão de. *Direitos para alienígenas sexuais: um estudo sobre a lógica de poder e a verdade produzida sobre a sexualidade no campo jurídico*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, 2016.

AZEVEDO, Thiago A. Galeão de. Identidade, luta e dominação: uma análise sócio-jurídica do discurso pautado em categorias sexuais, à luz da teoria de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. In: BAHIA, Alexandre; COSTA, F. V.; GOMES, M. F. (Orgs.). *Gênero, sexualidade e direitos fundamentais para além do binarismo*. Porto Alegre: Fi, 2019, p. 300-324.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, p. 200-208, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. To(o) *Queer* the Writer: Loca, Escrita y Chicana. In: WARLAND, Betsy (ed.). *Versions: Writing by Dykes, Queers and Lesbians*. Vancouver: Press Gang, 1991, p. 249-263.

BENEDETTI, Marcos R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travesti*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BROWN, Gavin. Thinking beyond homonormativity: performative explorations of diverse gay economies. *Environment and Planning*, [S. l.], v. 41, n. 6, p. 1496-1510, 2013.

BUTLER, Judith. Alianças *queer* e política anti-guerra. *Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades*, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 Edições, 2019a.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a.

BUTLER, Judith. *The force of non-violence: an ethico-political bind*. London: Verso, 2020b.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ, Elvira Burgos. *Desconstrução e subversão: Judith Butler*. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464, 1º sem. 2013. ISSN: 2177-6342.

DUARTE, André de Macedo. Reler Foucault à luz de Butler: repensar a biopolítica e o dispositivo da sexualidade. *Dois Pontos (UFPR) Digital*, [S. l.], v. 14, p. 253-264, 2017.

DUARTE, André de Macedo; CESAR, Maria Rita de Assis. Inútil resistir ao dispositivo da sexualidade? Foucault e Butler sobre corpos e prazeres. *Revista de Filosofia Aurora online*, [S. l.], v. 28, p. 947-967, 2016.

DUARTE, André. *Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI*. Cinética, [S. l.], v. 1, p. 1-16, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibãs e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação privada*. Tradução do Coletivo Scorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. Les Rapports de Pouvoir à l'Intérieur des Corps. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits. v. III (texto 197)*. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Tradução de Maria Teresa da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 1997, v. 1.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (org). Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. rev. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 1-9.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Almeida, 2013.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. *O conceito de Biopoder no pensamento de Michel Foucault*. Subjetividades, Fortaleza, v. 16, n. 3, 2017.

GOMES PEREIRA, Pedro Paulo. *Queer decolonial: quando as teorias viajam. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, jul./dez. 2015.

HANNA, Lou. *Reivindicar a transição de gênero como um trabalho: esse corpo que não é o meu?* Tradução de Luiz Morando. [S. l.]: [s.n], 2020. Disponível em: <https://resistaorp.blog/2020/01/02/reivindicar-a-transicao-de-genero-como-um-trabalho-esse-corpo-que-nao-e-o-meu-2/>. Acesso em: 9 set. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva radical. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 7-41, 1995.

KRISTEVA, Julia. *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

LACERDA, Emerson Granja de Araújo. Direitos Humanos e Direitos sexuais: tensões e tendências. *Revista Digital Constituição e Garantias de Direitos*, [S. l.], v. 11, n. 22, 2020

LAURENTIS, Teresa de. *A tecnologia de gênero*. [S. l.]: Indiana University Press, 1990.

LÓPEZ, Daniel J. García. *¿Teoría jurídica queer? Materiales para una lectura queer del derecho*. AFD, [S. l.], n. XXXII, p. 323-348, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto travesco-terrorista. *Concinnitas*, [S. l.], v. 1, n. 28, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes*, [S. l.], n. 34, v. 15, p. 123-151, 2016.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia*: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer*: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NAVARRO, Pablo Peréz. *Traducir el rostro del outro*: encuentros culturales entre Judith Butler y Emmanuel Levinas. *Filosofia Unisinos*, v. 21, n. 3, 2020.

PELÚCIO, Larissa. Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Revista de Antropologia Social*, Campos, v. 6, n. 1-2, p. 97-112, 2005.

PELÚCIO, Larissa. O (cu) de Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o *queer* no Brasil. *Printemps*, [S. l.], v. 1, n. 9, 2016.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos *queer* no Brasil? *Revista Periodicus*, Salvador, v.1, p. 1-24, maio/out. 2014.

PERELSON, Simone. Da subversão do gênero à reinvenção da política. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982004000100011. Acesso em: 9 set. 2024.

PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a Teoria *Queer* coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periodicus*, Salvador, n. 2, nov./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896>. Acesso em: 9 set. 2024.

PRECIADO, Paul B. *Texto junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. *Aprendendo com o vírus*. Tradução de Ricardo Moura. [S. l.], 2020. Disponível em <https://medium.com/textura/aprendendo-com-o-v%C3%ADrus-1f8542d3ed78>. Acesso em: 29 jun. 2024.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena. Descolonizar a sexualidade: Teoria *Queer of Colour* e trânsitos para o Sul. *Cadernos pagu*, [S. l.], v. 53, 2018.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu*, [S. l.], v. 28, jan./jun. 2007.

SPARGO, Tasmin. *Foucault e Teoria Queer*: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós seculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VENCATO, Anna Paula. Negociando desejos e fantasias: corpo, gênero, sexualidade e subjetividade em homem que praticam crossdressing. In: BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 45-56

VERAS, Elias Ferreira. *Carne, tinta e papel*: a emergência do sujeito travesti público-privado midiaticado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Explorando momentos de gêneros inconformes: esboços autoetnográficos. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, A. V. (Ed.). *Desfazendo gênero*: arte, desejo, processos de subjetivação. Natal, RN: EDUFRRN, 2015a, p. 163-200.

VERGUEIRO, Viviane. *Memórias trans interseccionais contra abismos cissexistas*. [S. l.], [s.n], 2014. Disponível em: <https://transfeminismo.com/memorias-trans-interseccionais-contrabismos-cissexistas/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes*: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015b. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20>

Rainer Bomfim

decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

